

PROJETO DE LEI Nº , DE 2010

(Do Sr. Manoel Junior)

Altera o artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de modo a permitir o ajuizamento da ação penal mesmo nos casos em que o suspeito recusar a realização do teste do bafômetro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de modo a permitir o ajuizamento da ação penal mesmo nos casos em que o suspeito recusar a realização do teste do bafômetro.

Art. 2º O artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou qualquer outra substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a segurança viária ou a incolumidade de outrem.

Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 1º Presume-se a influência de álcool quando a concentração de álcool por litro de sangue for igual ou superior a 6 (seis) decigramas por litro de sangue

§ 2º O Poder Executivo federal estipulará a equivalência entre distintos testes de alcoolemia, para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em recente decisão, o STJ destacou não ser obrigatória a realização do exame do bafômetro pelo motorista suspeito de estar embriagado bem como afirmou ser inviável o oferecimento de ação penal sem a realização do teste. A interpretação conferida retirou toda a eficácia da redação conferida pela Lei nº 11.705/2008 ao art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, tornando sem efeito o esforço feito pelo Congresso Nacional para reduzir as mortes no trânsito resultantes de embriaguez. Os fundamentos do acórdão foram assim resumidos pelo informativo nº 438 do Tribunal:

Antes da reforma promovida pela Lei n. 11.705/2008, o art. 306 do CTB não especificava qualquer gradação de alcoolemia necessária à configuração do delito de embriaguez ao volante, mas exigia que houvesse a condução anormal do veículo ou a exposição a dano potencial. Assim, a prova poderia ser produzida pela conjugação da intensidade da embriaguez (se visualmente perceptível ou não) com a condução destoante do veículo. Dessarte, era possível proceder-se ao exame de corpo de delito indireto ou supletivo ou, ainda, à prova testemunhal quando impossibilitado o exame direto. Contudo, a Lei n. 11.705/2008, ao dar nova redação ao citado artigo do CTB, inovou quando, além de excluir a necessidade de exposição a dano potencial, determinou a quantidade mínima de álcool no sangue (seis decigramas por litro de sangue) para configurar o delito, o que se tornou componente fundamental da figura típica, uma elementar objetiva do tipo penal. Com isso, acabou por especificar, também, o meio de prova admissível, pois não se poderia mais presumir a alcoolemia. Veio a lume, então, o Dec. n. 6.488/2008, que especificou as duas maneiras de comprovação: o exame de sangue e o teste mediante etilômetro (“bafômetro”). Conclui-se, então, que a falta dessa comprovação pelos indicados meios técnicos impossibilita precisar a dosagem de álcool no sangue, o que inviabiliza a necessária adequação típica e a própria persecução penal. É tormentoso ao juiz deparar-se com essa falha legislativa, mas ele deve sujeitar-se à lei, quanto mais na seara penal, regida, sobretudo, pela estrita legalidade e tipicidade. Anote-se que nosso sistema repudia a imposição de o indivíduo produzir prova contra si mesmo (autoincriminar-se), daí não haver, também, a obrigação de

submissão ao exame de sangue e ao teste do “bafômetro”. Com esse entendimento, a Turma concedeu a ordem de *habeas corpus* para trancar a ação penal. Precedente citado do STF: HC 100.472-DF, DJe 10/9/2009. [HC 166.377-SP](#), Rel. Min. Og Fernandes, **julgado em 10/6/2010**.

Há, portanto, necessidade urgente de modificar a redação do artigo 306 do CTB para viabilizar o ajuizamento de ação penal contra o condutor embriagado, mesmo nos casos em que houver recusa deste para realizar o teste do bafômetro. A presente proposta altera o dispositivo, de modo a permitir que a prova da embriaguez também por outros meios.

Por todo o exposto, conclamo meus pares a aprovar o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2010.

Deputado MANOEL JUNIOR